

A INVENÇÃO DA LITERATURA “CAPIXABA”

Sarah Vervloet Soares¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a pertinente questão, relacionada à denominação “Literatura Capixaba” que se atribui às obras literárias produzidas no Espírito Santo — Estado localizado na região sudeste do Brasil. O discurso — imbricado nessa expressão — sugere um passado histórico e cultural, marcado pelo desprezo, o qual pode ser encontrado como reflexo de determinadas produções, bem como de políticas públicas escassas e ineficazes. A partir disso, para compreender a história da literatura no Espírito Santo, alguns conceitos teóricos são sugeridos em diálogo à luz de Roy Wagner, Michel Foucault, Tzvetan Todorov, Luiz Costa Lima, entre outros. A metodologia se faz na articulação de noções de identidade e cultura, segundo a ideia da instituição da expressão “Literatura Capixaba”.

Palavras-chave: Literatura Capixaba. Literatura. Cultura. Identidade.

THE INVENTION OF THE “CAPIXABA” LITERATURE

Abstract: This paper aims to discuss the relevant question related to the name “Capixaba Literature” which is assigned to the literary works produced in Espírito Santo — a state located in the south east region of Brazil. The speech, imbricated in this expression, suggests a historical and cultural past marked by scorn, which can be found as reflex of certain productions, as well as sparse and ineffective public policies. Therewith, to understand the history of literature in Espírito Santo, some theoretical concepts are sug-

¹ Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), licenciada em Letras-Português e mestre em Letras (ênfase em Estudos Literários), pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: sarahvervloet@gmail.com.

gested in dialogue by means of Roy Wagner, Michel Foucault, Tzvetan Todorov, Luiz Costa Lima, among others. The methodology is made in articulating notions of identity and culture, according to the idea of the institution of the expression "Capixaba Literature".

Keywords: Capixaba Literature. Literature. Culture. Identity.

Assim como qualquer objeto utilizado para experimentação e observação, o objeto literário é segmentado, sistematizado e instrumentalizado de maneira a abordar discussões e temas diversos. Não parece novidade, portanto, que algumas denominações carreguem consigo valores implícitos ao discurso, com significações próprias e ideologizantes. Ou seja, o "texto" é apenas "a ponta do iceberg", porque tem em si um *corpus* não só semântico, mas antes uma composição informacional interpretativa a qualquer olhar do leitor e a qualquer variação simbólica do autor no decorrer da história, da cultura, enfim, do contexto. Em "Literatura Capixaba" existe um discurso construído segundo as ideias atingidas com a experimentação, seja ela consciente, ou não. Isso significa que a formação de uma literatura sistematizada geográfica e politicamente, como neste caso, possui implicações para a cultura espírito-santense: a diferenciação alcança a depreciação.

O adjetivo pátrio "Capixaba", sinônimo de espírito-santense, diz respeito àquele que é nascido no Espírito Santo. Remotamente, chamava-se "Capixaba" o lugar de plantação dos nativos da ilha de Vitória². Desde meados da década de 60, houve várias tentativas de promover alguns trabalhos de

² Francisco Aurélio Ribeiro, em seu verbete *Espírito Santo de A a Z* (2010), comenta: "Conforme Samuel Duarte, a palavra original era, em tupi, 'Caá-pi-saba', que significa 'O lugar onde se raspam as ervas daninhas', ou seja, a roça, o roçado".

escritores capixabas em revistas, periódicos e eventos, o que, em indeterminado momento, culminou na prática de denominar “Literatura Capixaba” aquele texto literário que era e ainda é produzido no Espírito Santo. Embora pareça necessária a entrada no mérito do que venha a ser adjetivado de “literário”, este trabalho não pretende seguir adiante em tais critérios. Importa, neste momento, indagar a respeito deste “hábito” adotado pelo próprio capixaba, cujas produções parecem reclamar essa diferenciação. Isso porque se torna discutível a diminuta e quase nula utilização de expressões como “Literatura carioca” ou “Literatura paulista”, por exemplo.

Mas a inserção do capixaba na lista dos escritores brasileiros não parece um feito efetivamente alcançado e esse é, sem dúvida, um grande problema para a atual situação cultural do Espírito Santo — porque também se estende à música, por exemplo. Os autores capixabas que conseguiram chegar à indústria cultural nacional (Rubem Braga, José Carlos — o Carlinhos — Oliveira, Bernadette Lyra e Waldo Motta), para enfatizar toda a problemática, só chegaram ao reconhecimento porque buscaram auxílio nos estados vizinhos. Mais do que isso, esses autores procuram viver onde podem escrever e serem lidos — e esse lugar não é o Espírito Santo.

O escritor capixaba contemporâneo desvencilhou-se dessa ilusória expressão identitária que lhe parecia exclusiva. A literatura nunca foi somente sua, mas de um imenso país e de um imenso continente que compartilham um imaginário marcado pelo apelo de reconhecimento de suas origens e colonizações violentas. Tal como defendeu Machado de Assis em seu “Instinto de nacionalidade” (1973), o escritor não deve limitar-se ao que é típico em sua terra. Isso porque a Literatura é um fenômeno transnacional (o significado do processo literário tem relação com o passado nacional) e, também, porque uma obra literária tem um potencial de sentido que nenhum outro texto guarda.

Torna-se incoerente, então, que uma expressão consiga modificar isso, embora esteja se falando aqui de sua intencionalidade, enquanto discurso. Não se trata da demonstração de causa e efeito: o mercado editorial existente hoje no Espírito Santo é ínfimo, transformando a circulação de obras literárias em quase um desafio para autores e editores. Como afirma Pedro J. Nunes no site *Tertúlia*, “livro de escritor capixaba é raro, é difícil, quase um talismã” (NUNES, 2013). Mas, se além da autoria, a literatura também é capixaba, ela está no seu lugar, dentro dos seus limites — não há motivos para um carioca ou um gaúcho lerem uma literatura que só diz respeito aos capixabas. Não há indícios de que, um dia, Rubem Braga tenha escrito “crônica capixaba”.

Para Wolfgang Iser (1996), tendo a obra literária dois polos (o artístico, o qual se trata do “texto criado pelo leitor”, e o estético, que é “a concretização produzida pelo leitor”), sua realização acontece somente diante de sua concretização. “A obra literária se realiza, então, na convergência do texto com o leitor” (ISER, 1996, p. 50). Nesse sentido, é forçoso pensar que a publicação é insuficiente para a fomentação de projetos literários — pensamento este proliferado pela maioria dos grandes programas e editais de literatura do Estado. A obra literária é sempre dinâmica: provoca efeitos à medida que estimula sua leitura, e é só através dela que qualquer consciência leitora pode ser formada. Em outras palavras, para além da criação, é preciso que a obra circule, seja encontrada, seja lida e despertada. O caráter próprio da obra, como disse Iser, só acontece no processo de leitura.

Dessa forma, tanto para se pensar a emergência que tem esse mercado literário em fundir-se, como para se pensar nos indivíduos que assumem essa postura modificadora, tem de se estar atento ao fato de que tal emergência está diretamente ligada às relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, comportamentos, etc. Roy Wagner (2012), quando sugere que a compreensão de

uma cultura diferente da nossa perpassa pela criação de analogias (“invenção”), afirma que isso vale também para a compreensão da nossa própria cultura. É preciso, antes de tudo, perceber e entender as experiências em termos do nosso próprio modo de vida, de nossa cultura:

A cultura estudada se torna “visível” e subsequentemente “plausível” para ele [antropólogo]; de início ele a apreende como uma entidade distinta, uma maneira de fazer as coisas. Desse modo, ele pela primeira vez compreende, na intimidade de seus próprios erros e êxitos, o que os antropólogos querem dizer quando usam a palavra “cultura”. Antes disso, poder-se-ia dizer, ele não tinha nenhuma cultura, já que a cultura em que crescemos nunca é realmente “visível” — é tomada como dada, de sorte que suas pressuposições são percebidas como auto-evidentes. É apenas mediante uma “invenção” dessa ordem que o sentido abstrato de cultura (e de muitos outros conceitos) pode ser apreendido, e é apenas por meio do contraste experienciado que sua própria cultura se torna “visível” (WAGNER, 2012, p. 43).

Para o autor, então, inventar experiências gera o reconhecimento da própria cultura. Por analogia, uma observação mais dedicada ao uso da expressão “Literatura Capixaba” deixará de parecer natural, autoevidente. Assim, à luz da antropologia, podemos percorrer algumas ideias que rondam o fenômeno conhecido como “Literatura Capixaba”, tendo como referências a cultura capixaba e o próprio capixaba — enquanto sujeito de fala — e o olhar que, expressando-se em (ou de) algum lugar, aponta para determinada direção. Afinal, o que se quer dizer com a expressão “Literatura Capixaba?”³. José Augusto Carvalho, ao iniciar um fecundo estudo sobre “as letras capixabas”, incita tal discussão, afirmando:

³ Daqui, partimos para a discussão que Michel Foucault organizou em seu livro *A arqueologia do saber*, no qual analisa a existência do fato de
Grau Zero — Revista de Crítica Cultural, v. 1, n. 2, 2013 | 47

Chamar “literatura capixaba” à produção literária local seria uma temeridade que faria pressupor a existência no Espírito Santo de uma atividade poética autônoma que a tornasse diferente e distante da literatura brasileira como um todo. Ora, como não se pode falar em “literatura baiana”, “carioca” ou “paulista”, também não se pode falar em “literatura capixaba” (CARVALHO, 1982, p. 53).

Pode-se dizer que se torna complexa a tentativa de elaborar novas escritas, e mesmo de acolher escritores aspirantes, diante dessa irresponsável apropriação discursiva. É sabido que, a partir de 1963, os grupos de leitura e de composição literária dão notoriedade para a área dentro da Universidade Federal do Espírito Santo e, à medida que surgem novos nomes, criam-se também revistas de literatura, com poucos subsídios, e os concursos. A essa altura, a associação do adjetivo pátrio “capixaba” já havia sido feita no âmbito da literatura, assim como se fez com a “moqueca capixaba”, por exemplo. Em outras palavras, o objeto literário produzido no Espírito Santo pode ser visto como, dentre outras formas: a) uma manifestação da cultura capixaba, assim como a moqueca na culinária; e b) uma diferenciação de outros Estados, talvez por necessidade de afirmação, seja em sua forma composicional, seja em seu conteúdo. Ambas as formas parecem absurdas num primeiro momento, já que a palavra “capixaba”, em literatura, tornou-se uma convenção, ao menos dentro do Estado.

O significado de “capixaba” neste contexto é o produto de relações ainda obscuras tanto para esta análise como para

discurso e o surgimento de questões no campo dos acontecimentos discursivos: “segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2013, p. 33).

outros pesquisadores da área. O que se pode afirmar seguramente é apenas que o uso da expressão não favorece o desenvolvimento da imagem literária do Estado (talvez porque o “Estado” não possa carregar uma “imagem literária” própria). Pode acontecer justamente o contrário, embora essa não seja a principal razão do anonimato da Literatura Capixaba. E, ainda, vale dizer que a reflexão desencadeada neste artigo não pretende abolir ou reprovar o uso da expressão já consensual. Mais uma vez, ao contrário, pode-se caminhar para o rearranjo da posição da literatura produzida no Espírito Santo. Todavia, isso só poderá ser feito a partir do momento em que reconhecemos que o termo “capixaba” precisa se despir do “bom e sólido sentimento de denotação ‘absoluta’ (sobre o qual tantas epistemologias linguísticas são fundadas)” (WAGNER, 2012, p. 115).

De modo geral, os adjetivos são modificadores tanto da compreensão do substantivo, quanto de sua extensão. Isso significa dizer que o adjetivo atribui características a um nome para constituí-lo, mas também pode delimitar áreas, restringindo seus significados. A adjetivação “capixaba” para um escritor pode surgir apenas para identificação ou, ainda, para descentrar sua produção que, dessa forma, nunca é associada às produções de escritores paulistas e mineiros, por exemplo. Mas isso só acontece porque a literatura daquele escritor é a “Literatura Capixaba”, e a literatura desses escritores não é a “Literatura Paulista” ou “Literatura Mineira” e, sim, a “Literatura Brasileira”. O mesmo pode ocorrer com a “Literatura Nordestina”, que coloca seu intelectual no patamar do regionalista, ou seja, longe dos centros difusores do poder e da cultura. Assim, uma literatura dita regionalista “procura afirmar a brasilidade por meio da diversidade, ou seja, pela manutenção das diferenças peculiares de tipos e personagens [...], reduzindo a nação a um simples somatório dessas espacialidades literárias diversas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 65-66).

Ao buscar uma resposta satisfatória a respeito da função da literatura, Antoine Compagnon (2009) constata que cada vez menos se encontra um espaço para a permanência dela, uma vez que os livros didáticos conseguiram substituí-la na escola; a imprensa passou a ignorar a sua presença; o mundo cibernético fragmenta o tempo que antes era disponibilizado para os livros. Diante disso tudo, a literatura sobrevive aos trancos e barrancos escolares e, resistindo a toda essa imposição do sistema, existe uma peça chave do Ensino: o professor. O professor de literatura atuante sabe hoje quais são os obstáculos da sala de aula e sabe também que não cabe só a ele a reversão de certos problemas. Porque Literatura também é política. “A literatura serve quase inevitavelmente ao Estado” (ZUMTHOR, 1993, p. 284). De fato, o poder é de todo inerente a qualquer discurso, e o professor não está isento disso:

Sem dúvida ensinar, falar simplesmente, fora de toda sanção institucional, não constitui uma atividade que seja, por direito, pura de qualquer poder: o poder aí está, emboscado em todo e qualquer discurso, mesmo quando este parte de um lugar fora do poder. Assim, quanto mais livre for esse ensino, tanto mais será necessário indagar-se sob que condições e segundo que operações o discurso pode despojar-se de todo desejo de agarrar (BARTHES, 2007, p. 10).

Com efeito, ensinar com liberdade é um ponto ideal. Mas o que isso pode influenciar na construção e na produção de discursos no Espírito Santo? É necessária certa desvinculação ou desobrigação para com o próprio capixaba, ou seja, que não se esqueça e nem se exalte sua presença cultural. É disso que fala Rubem Fonseca quando afirma que não existe nem mesmo uma literatura brasileira, mas “pessoas escrevendo em português, o que já é muito e tudo”. O essencial é que se esteja escrevendo, seja lá onde, mas por quê: a literatura compreende visões de qualquer instância; é mais um discurso de reflexão, mas é, ainda, “recriação”. Caso se queira

50 | Políticas em movimento: culturas, narrativas e mobilizações sociais

que o professor de literatura “ensine” com liberdade a literatura produzida neste Estado, deve-se escrever com a mesma liberdade — o que não significa descompromisso ou ausência de adequação, porque “uma regulação qualquer do discurso é sempre necessária para marcar-lhe o caráter monumental” (ZUMTHOR, 1993, p. 283) — e, só assim, os leitores se sentirão livres com seus livros. Tzvetan Todorov sugere essa atitude na passagem abaixo, retirada de *A Literatura em Perigo* (2009):

Ao dar forma a um objeto, um acontecimento ou um caráter, o escritor não faz imposição de uma tese, mas incita o leitor a formulá-la: em vez de impor, ele propõe, deixando, portanto, seu leitor livre ao mesmo tempo em que o incita a se tornar mais ativo. Lançando mão do uso evocativo das palavras, do recurso às histórias, aos exemplos e aos casos singulares, a obra literária produz um tremor de sentidos, abala nosso aparelho de interpretação simbólica, desperta nossa capacidade de associação e provoca um movimento cujas ondas de choque prosseguem por muito tempo depois do contato inicial (TODOROV, 2009, p. 78).

Essas ondas de choque apareceram poucas vezes para os habitantes da *Ilha do Mel* e arredores, e ainda hoje aparecem de maneira anêmica. A relação que existe — entre essas impressões literárias e o imaginário social — é muito forte. Basta pequenas averiguações na história da imprensa para constatarmos isso. O trecho seguinte faz parte do primeiro editorial da revista *Vida “Capichaba”*, criada em 1923 e considerada a mais significativa revista do Estado:

E os ideais da *Vida “Capichaba”* são os formosos ideais de todos nós, os trabalhadores ingênuos e honestos pela grandeza do Espírito Santo. Não se justifica a falta de uma revista nesta Capital: que já é uma linda e encantadora cidade de muitos milhares de habitantes.

Toda a cidade linda tem uma revista linda, que conta a sua história, que perpetua as suas emoções, que perfuma a sua galanteria, que exalta a sua elegância e que guarda, como num pequenino livro de horas, as ânsias subtis de sua vida sentimental...

Embora pessoas experimentadas, embora velhos peregrinos da chiméra, que ficaram pelo caminho, nos digam que a nossa iniciativa, devido à famosa indiferença do público espírito santense pelas cousas de arte e literatura, terá ephemera duração, aqui estamos para enfrentar o monstro. (VIDA CAPICHABA, 1923, apud MARTINUZZO, 2005).

O exemplo acima ilustra de maneira interessante o que podíamos (ou não podíamos) encontrar nas mentes capixabas daquele século XX, ou seja, uma “famosa indiferença do público espírito-santense pelas coisas de arte e literatura”. A literatura era, então, um “monstro”. O monstro literário começa a ser amansado e as dificuldades ganham relevo na medida em que se procura sobre literatura, quer-se publicar ou ler, mesmo que timidamente. Entretanto, a busca pelo reconhecimento de uma cultura capixaba, sua experimentação e observação, a fim de, finalmente, chegar à sua invenção enquanto cultura, também brasileira, pareceu insuficiente de tal modo que não alcançou as fronteiras de uma Literatura.

Se o capixaba não refletiu ainda sobre sua própria (com) posição e, mais especificamente, sobre suas manifestações literárias, significa que os discursos que chegam até ele são autoevidentes, e tudo se encontra em “seu lugar”. Mas não significa que certas atitudes como esta, que geram sensações como naturalidade e normalidade, não sejam manipuláveis. Pelo contrário, é função do Estado proporcionar ao pensamento as suas ferramentas, selecionando-as como lhe convier. É também por via do aparelho de Estado que o pensamento universaliza-se e, portanto, aí encontramos a “Literatura Capixaba”. O controle se dá, nesse sentido, por

meio do universal, que é incluir qualquer produção escrita à expressão “Literatura Capixaba” ou diferenciar-se segundo suas raízes, as quais se afixam cada vez que se pronuncia tal expressão sob esse último critério. Porque a rememoração se pretende contínua e centralizada, e “(família, raça, sociedade ou civilização) decalca e traduz, mas o que ela traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo, ‘intempestivamente’, não instantaneamente” (DELEUZE; GUATTARI, 1995 [1], p. 25). A memória longa é o suporte daquele que se inscreve como decalque, ou seja, coloca-se no mundo, como oprimido. Daí, tentar afirmar-se, utilizando uma expressão só sua.

De outro modo, percebe-se que a denominação aqui discutida diz respeito a uma instituição complexa por suas relações com a realidade, com a ficção e com o imaginário social: a Literatura. A manifestação literária faz parte de uma construção de discursos definidores de ordens, sistemas, tradições, e muitos outros fatores que estruturam o pensamento em uma sociedade. Ocorre que essas formulações discursivas refletem identidades, edificando os movimentos sociais, criando traços importantes para a homogeneização de um determinado grupo. Assim, é por meio da literatura — da grafia ou escrita literária — que uma identidade pode se manifestar, “seja para vir a ser tomada por real, seja para reconhecer-se como projeção imaginária, ou, ainda, para se explicitar, na auto-exposição de seu caráter de grafia, como realidade imaginada” (BRANDÃO, 2005, p. 12). Mas essa grafia pode explicitar o que está implícito e, como indica Foucault, pode abalancar o que sempre se manteve em silêncio:

todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se,

assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz (FOUCAULT, 2013, p. 30).

Dessa articulação discursiva depende também a identidade, que se estrutura por meio do que é dito e do que não é dito — também uma forma de realidade imaginada. A identidade nacional, então, é formada de um imaginário composto também de fatores obscuros, ou seja, “O imaginário viabiliza a luz nacional, mas, simultaneamente, nela inocula sombras” (BRANDÃO, 2005, p. 22). Dessa forma, é necessário que os sujeitos responsáveis pelos discursos de formação se coloquem como sujeitos inerentes ao seu espaço, atores e agentes de vários discursos — e não apenas de um. O desenvolvimento da consciência acontece de acordo com as necessidades de cada povo, unificando-se “pelas necessidades colocadas pelo tempo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 63). Nesse sentido, o discurso capixaba praticamente silencioso no que diz respeito à sua literatura é sintomático e abre fendas imensas e dificultosas no chão duro e (im)produtivo do escritor residente no Espírito Santo. É indiscutível que a obra literária capixaba encontra-se imersa em sua própria cultura. No entanto, parece importante também o fato de que essa cultura é, antes de tudo, brasileira.

A identidade (reprimida?) do capixaba é ainda mais complexa quando percorremos outras instâncias culturais do Estado, como a música. Por seu turno, a escola parece ser o último local a receber a literatura capixaba e, ainda assim, falar da escola em sentido amplo seria utópico, pois as escolas que adotam obras de autores espírito-santenses não são muitas — depende da iniciativa do educador —, mesmo que isso faça parte do currículo básico das escolas públicas.

Diante disso, pode-se dizer que o desconhecimento voluntário do “monstro” capixaba afasta também o interesse dos profissionais das escolas. É um ciclo, sobretudo, infeliz. Embora os currículos de Língua Portuguesa da rede estadual proponham a inserção da literatura capixaba nas salas de aula, a recomendação ainda é sutil, quase ignorável: “Possibilitar o conhecimento das escolas literárias, obras e autores, inclusive da literatura capixaba” (ESPÍRITO SANTO, 2009). Se recordarmos que o Estado desempenha um papel fundamental na criação de sua própria imagem, lançando mão de conteúdos propagandísticos, compreenderemos que é feita nesse emaranhado a extração de certos, para não dizer de todos, valores culturais, para posterior transmissão. É nesse viés que o controle político atua e vigia cautelosamente a movimentação social, cerrando suas beiradas e aplicando seus interesses. Manipular a leitura já é prática antiga e tão eficaz que permanece até os dias atuais, e a literatura também é perigosa por esse motivo. Perigosa sim, um mal não. Se a literatura apresenta qualquer perigo, sua existência é temida, sua proliferação amedronta, a leitura é proibida, o ensino é decepado e, enfim, o livro é praticamente uma arma:

Um livro não tem objeto nem sujeito; é feito de matérias diferentemente formadas, de datas e velocidades muito diferentes. Desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações. Fabrica-se um bom Deus para movimentos geológicos. Num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura (DELEUZE; GUATTARI, 1995 [1], p. 10).

Uma ruptura é o que menos um Estado conservador quer presenciar. Mas se a briga está comprada, há tempos, pela literatura e não só por ela, mas pela cultura artística em geral, é com ela e através dela que se deve conflitar. A maior força da literatura está nela mesma, em ser o que ela representa. Ao escritor, ao agente produtivo e produtor, torna-se importante colocar-se no contexto de certas questões, como é a “Literatura Capixaba” e fomentá-las, compartilhá-las:

As associações compartilhadas servem para *relacionar* as qualidades significativas da expressão às vidas e às orientações daqueles que se comunicam; sem esse caráter relacional, essas qualidades significativas, não importa o quão provocativas, não seriam compreendidas ou apreciadas. Desse modo, todo empreendimento humano de comunicação, toda comunidade, toda “cultura” encontra-se atada a um arcabouço relacional de contextos convencionais (WAGNER, 2012, p. 116).

Os contextos convencionais são aqueles que parecem naturais aos nossos olhos, como já foi dito anteriormente acerca da comum utilização da expressão “Literatura Capixaba”. Nesse sentido, ser essencialmente objetivo ou real é uma ilusão cultural. Segundo Roy Wagner, “trata-se de uma ilusão necessária, que faz parte do viver em uma cultura e do inventá-la ‘de dentro’” (WAGNER, 2012, p. 120). Assim, “Literatura Capixaba” pode mesmo ser aquela produção literária feita no Espírito Santo, desde que estejam esclarecidos ou, ao menos, “acesos” os muitos significados que essa expressão pode carregar dentro de si mesma — pois “a linguagem dá ordens à vida” (DELEUZE; GUATTARI, 1995 (2), p. 8) — e, com isso, sua apropriação dependerá sempre de um contexto visível segundo a cultura capixaba inventada. Nessa perspectiva, percorrer-se-á pelo espaço liso⁴, sem medi-lo, sem ocu-

⁴ Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, um espaço liso, é aquele não dominável, em oposição ao espaço estriado, que impõe barreiras “pela

56 | Políticas em movimento: culturas, narrativas e mobilizações sociais

pá-lo, buscando outros valores e outras representações, descolonizando (segundo uma *mimesis* não colonial, como expõe Luiz Costa Lima [1980]), porque a “Literatura Capixaba”, como discurso legitimável, não pode abarcar somente uma definição, dentre as várias que podemos supor a respeito da autoria, do conteúdo da obra ou da delimitação geográfica.

Referências

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: _____. *Obra completa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, v.3, p. 801-809.

AZEVEDO FILHO, Deneval Siqueira de. *A literatura brasileira contemporânea do Espírito Santo*. Tese (doutorado) — Curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.

BRANDÃO, Luis Alberto. *Grafias da identidade: literatura contemporânea e imaginário nacional*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Lamparina editora/Fale (UFMG), 2005.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

queda dos corpos, as verticais de gravidade, a distribuição da matéria em fatias paralelas, o escoamento lamelar ou laminar do que é fluxo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995 [5], p. 30). “O espaço liso é justamente o do menor desvio: por isso, só possui homogeneidade entre pontos infinitamente próximos, e a conexão das vizinhanças se faz independentemente de qualquer via determinada” (DELEUZE; GUATTARI, 1995 [5], p. 31).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 2. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

ESPÍRITO SANTO. *Guia de implementação*/Secretaria de Educação. Vitória: SEDU, 2009. Disponível em: <http://www.educacao.es.gov.br/download/SEDU_Curriculo_Basico_Escola_Estadual.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2013.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

ISER, Wolfgang. *Ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Vol. 1. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LIMA, Luiz Costa. O questionamento das sombras: *mímesis* na modernidade. In: *Mímesis e modernidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 67-80.

MARTINUZZO, José Antônio (Org.). *Impressões Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

NUNES, Pedro J. *Há Literatura no Espírito Santo*. Disponível em: <http://www.tertuliacapixaba.com.br/almanaque_intimo_principal.htm>. Acesso em: 20 de jun. 2013.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Espírito Santo de A a Z*. Vitória: Secult, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009, p. 73-94.

ZUMTHOR, Paul. E a "literatura"? In.: *A letra e a voz*. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 265-286.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Trad. Marcela Coelho de Sousa e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2012.